



**Os rumos do projeto moderno e a emergência do pós-modernismo:
contribuições teóricas sobre as transformações socioculturais do século XX**

**The directions of the modern project and the emergence of postmodernism:
theoretical contributions on the sociocultural transformations of the twentieth
century**

Luciana Silvestre Girelli

Mestre em Política Social (UFES), especialista em Educação Comunitária (UFES) e graduada em Ciências Sociais (UFES) e Comunicação Social - Jornalismo (UFES). Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) - campus Vitória, na Coordenadoria do Curso Técnico Integrado em Guia de Turismo na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

E-mail:

lucianasgirelli@gmail.com

Resumo

O artigo busca compreender as transformações econômicas, políticas e socioculturais que marcaram o século XX e inauguraram uma ordem social diferenciada, ora denominada de pós-modernismo. Para isso, apresenta uma discussão teórica a respeito dos rumos do projeto moderno, problematizando suas ambivalências, seu esgotamento ou não e sua impossibilidade de realização no âmbito do sistema capitalista. Além disso, discute as nuances do pós-modernismo sob uma perspectiva crítica e as polêmicas em torno desse conceito. Conclui o debate corroborando com a perspectiva de Fredric Jameson de que o pós-modernismo é lógica cultural do capitalismo contemporâneo e não uma ordem social completamente nova.

Palavras-chave: Pós-modernismo. Modernidade. Fredric Jameson. Lógica cultural.

Abstract

The article seeks to understand the economic, political and socio-cultural transformations that marked the 20th century and inaugurated a differentiated social order, sometimes called postmodernism. For this, it presents a theoretical discussion about the directions of the modern project, problematizing its ambivalences, its exhaustion or not and its impossibility of realization within the capitalist system. In addition, he discusses the nuances of postmodernism from a critical perspective and the controversies surrounding this concept. He concludes the debate by corroborating Fredric Jameson's view that postmodernism is the cultural logic of contemporary capitalism and not a completely new social order.

Keywords: Postmodernism. Modernity. Fredric Jameson. Cultural logic.

Introdução

Para compreender a emergência da ordem social que se configurou a partir de 1960 e que marcou profundamente o século XX nos âmbitos da economia, da política e da cultura, este artigo traz à tona o debate acerca do pós-modernismo, com destaque para a perspectiva de Fredric Jameson. Esse teórico afirma que não há uma modificação na essência do modo de produção capitalista, mas apenas na maneira como ele realiza o processo de reprodução social, ou seja, “o pós-modernismo não é a dominante cultural de uma ordem social totalmente nova [...], mas é apenas reflexo e aspecto concomitante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo” (JAMESON, 2007, p. 16).

No entanto, a compreensão da tese de Jameson pressupõe o conhecimento das transformações ocorridas ao longo do século XX com o capitalismo. Por isso, este artigo fará uma abordagem histórica sobre a emergência da atual fase desse modo de produção, com destaque para as modificações econômicas, políticas e culturais ocorridas principalmente a partir da segunda metade do século XX, que culminaram na financierização da economia, no neoliberalismo como regime político e no pós-modernismo como lógica cultural do atual momento histórico.

Considerando que todas essas transformações sociais não foram consensualmente compreendidas como alterações na aparência do sistema capitalista, tal qual afirma Jameson, será feita uma reflexão, em diálogo com outros teóricos, a respeito dos rumos do projeto moderno e do que tem se caracterizado como pós-modernismo, a fim de se elencar as diversas interpretações sobre o momento presente e situar a perspectiva do referido teórico.

As transformações político-econômicas do capitalismo no século XX

Para compreender as transformações político-econômicas do capitalismo no século XX e a consequente virada cultural representada pelo pós-modernismo, parte-se do pressuposto de que houve uma transição no regime de acumulação do capital e no modo de regulamentação social e política ao longo desse século, tal como é analisado por Harvey (1996). Segundo o autor, para que o modo de produção capitalista funcione da melhor maneira possível de acordo com seus propósitos, é imprescindível que haja uma consonância entre o funcionamento do mercado e a garantia máxima de lucros e os hábitos, práticas políticas e formas culturais que exercem algum tipo

de controle sobre a força de trabalho. Dessa maneira, é possível estabelecer um ordenamento social coerente e adequado ao funcionamento do sistema por um determinado período de tempo.

Durante a primeira metade do século XX até o início da década de 1970, o fordismo foi o modo de regulamentação social e política do capitalismo e sustentou o regime de acumulação intensiva do capital. De acordo com Behring (2002), o fordismo ultrapassou e superou as mudanças empreendidas pelo taylorismo, que foi o modelo de organização do trabalho responsável pela separação e especialização das funções no processo produtivo com o intuito de aumentar a produtividade do trabalho, o que diminuiu a autonomia e a resistência dos trabalhadores. Além de estabelecer uma nova política de controle e gerenciamento do trabalho, o regime de acumulação fordista foi marcado pelo estabelecimento de uma norma social de consumo e pelo pacto entre as classes sociais, cuja expressão maior se deu no Estado de Bem-Estar Social. Essas transformações no modo de regulamentação social e política tiveram o intuito de recuperar o capitalismo do abalo provocado pela Grande Depressão ou crise de 1929.

Do ponto de vista da produção, desenvolveu-se uma cadeia produtiva semi-automática que intensificou o trabalho e a extração de mais-valia relativa por meio de uma maior integração entre os diferentes segmentos no processo. Como os trabalhadores estavam submetidos ao ritmo da cadeia de máquinas, seu controle sobre a produção era praticamente inexistente e gerou-lhes efeitos psicológicos e fisiológicos que levaram a doenças ocupacionais e a acidentes de trabalho. Entretanto, esse desgaste intensivo era “compensado” pelo acesso ao consumo de alguns bens, entre os quais a casa e o carro, cuja aquisição só era possível pela estabilidade no emprego, que permitia o financiamento a longo prazo. A casa ainda requeria bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos e móveis, e representava segurança. Já o carro, viabilizava os deslocamentos para o trabalho e significava *status*.

Se no regime de acumulação extensiva do capital as condições de trabalho e de reprodução dos trabalhadores foram marcadas pela miséria e insegurança, não permitindo a estabilização de hábitos de consumo, no regime de acumulação fordista o trabalho foi intensificado ao mesmo tempo em que a formação de hábitos de consumo tornou-se possível, o que modificou a relação social do trabalhador com seu ofício. Concomitante a esse processo, foi criada uma indústria da propaganda e da imagem para incentivar e controlar os hábitos de consumo dos trabalhadores, o que se tornou fundamental para a reprodução dos valores do capitalismo nesse momento histórico. Além de mercadorias, era vendido um estilo de vida. Behring (2002) analisa da seguinte forma o papel do consumo no regime de acumulação fordista:

O consumo é um processo material, espacial e temporal constituído. É também a conservação de capacidades e atitudes, no que se refere à posição dos indivíduos nas relações sociais e à representação que fazem desta posição. É um exercício de capacidades reais e de relações de *status*. Estas últimas se manifestam em hábitos adquiridos, cuja alteração requer movimentos de alteração das relações sociais (BEHRING, 2002, p. 104).

A estabilidade e segurança que permitiam ao trabalhador hábitos permanentes de consumo foram sustentadas por medidas econômicas keynesianas que pressupunham um equilíbrio entre a oferta e a demanda com o intuito de controlar as crises sistêmicas do capitalismo. O Estado de Bem-Estar Social, como produto do pacto de interesses entre o capital e o trabalho, caracterizou-se pela adoção de medidas econômicas e sociais que atendiam às demandas das principais classes. De acordo com Harvey (1996), o Estado buscou controlar os ciclos econômicos por meio da planificação indicativa da economia, investindo em setores vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa, o que garantiu o pleno emprego; interveio na relação capital e trabalho pela política salarial e controle de preços; combinou política fiscal, oferta de créditos e política de juros. Além disso, os governos forneceram complemento ao salário social, com gastos em políticas sociais, como a seguridade social, assistência médica, educação e habitação.

A expansão do regime de acumulação fordista em âmbito mundial também foi possibilitada pela séria derrota sofrida pelo movimento operário após a Segunda Guerra Mundial, bem como pela desilusão com os rumos tomados pela experiência soviética, fato que fragilizou tendências de caráter revolucionário da classe trabalhadora no que tange a suas projeções utópicas e direções históricas. Na Europa, a implantação de políticas de assistência social articulada a uma política econômica que associava emprego, investimento e consumo, possibilitou algum sucesso ao reformismo do movimento operário.

O Estado foi o principal articulador das formas estruturais criadas pelo regime de acumulação fordista, o que possibilitou, durante um determinado período de tempo, minimizar a crise do capitalismo. Entretanto, o desenvolvimento do capitalismo não se caracteriza pelo equilíbrio, mas por momentos de expansão e estagnação orientados pela busca de superlucros, de acordo com a visão de Ernest Mandel. Com o intuito de evitar a queda tendencial na taxa média de lucros, as sociedades capitalistas lançaram mão de regimes de acumulação diferenciados ao longo de sua história, promovendo ondas longas de aceleração e crescimento durante algumas de suas fases. Após um período de expansão do capital, no entanto, ocorre a superacumulação, momento em que há um descompasso entre a produção e a realização da mais-valia, gerando uma queda na taxa média de lucros e reinaugurando um período de crise sistêmica e estagnação.

Tendo em vista essas considerações, Behring (2002) afirma que as medidas keynesianas tiveram apenas a capacidade de reduzir a crise às condições de uma recessão, tendo em vista que as crises são inerentes ao movimento de produção e reprodução do capitalismo. Desse modo, no final de década de 1960, o modelo fordista já dava sinais de esgotamento, o que culminaria numa nova crise em 1974-75. Ainda que também tenha sido impulsionada por fatores conjunturais, essa crise pode ser entendida como uma crise clássica de superprodução, sobretudo se forem consideradas as tendências de longo prazo do capitalismo.

A aceleração da inflação e a queda na taxa média de lucros foram fatores característicos da crise do referido período. A rigidez do regime de acumulação fordista, tanto no investimento planejado da produção de massa que pressupunha mercados de consumo invariáveis, quanto nos contratos de trabalho, que contavam com a forte luta do movimento operário entre o período de 1968-1972, e até mesmo no estilo de vida, foi um dos elementos conjunturais que contribuíram para o seu esgotamento. Além disso, a forte inflação em decorrência do aumento dos preços do petróleo contribuiu para a eclosão de uma crise fiscal e de legitimação do Estado.

Nesse cenário, o regime de acumulação fordista foi insuficiente para conter as contradições internas do sistema capitalista e, a partir desse marco histórico, uma série de mudanças passou a ocorrer na forma de funcionamento do capitalismo, desde a reorganização do mundo do trabalho à configuração do sistema financeiro global, até uma virada cultural nos hábitos e costumes representada pelo que Fredric Jameson afirma ser o pós-modernismo. De acordo com Harvey (1996), o regime de acumulação flexível é a resposta do capital para contornar mais uma de suas crises sistêmicas.

Entre as principais características do regime de acumulação flexível está, no âmbito da produção, o surgimento de setores totalmente novos, com novas maneiras de fornecer serviços financeiros e taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional, o que provocou altos índices de desemprego estrutural. Ocorreu um crescimento do setor de serviços e muitas regiões geográficas industrialmente subdesenvolvidas foram inseridas no mercado mundial por meio da implantação de centros de produção das empresas transnacionais em seu território, onde os salários e os preços de matérias-primas são mais baixos, o que barateia os custos de produção; e onde a legislação ambiental é menos rigorosa e permite altos índices de poluição em atividades industriais pesadas.

Em termos da organização do trabalho, houve uma articulação entre a descentralização produtiva e o avanço tecnológico, bem como entre o trabalho extremamente qualificado e a

desqualificação. Muitas funções foram terceirizadas por meio de subcontratos com pequenas empresas que possuíam perfil artesanal e familiar. De uma maneira geral, os regimes e contratos de trabalho foram flexibilizados e houve redução do emprego formal e estável em favor do trabalho em tempo parcial e temporário. De acordo com Harvey (1996), o mercado de trabalho ficou marcado por um grupo de trabalhadores centrais, que possuem maior estabilidade, perspectivas de promoção, bons salários e mobilidade; e um grupo periférico, que incluem os trabalhadores em tempo integral, mas com menos especialidades e alta rotatividade, e os que trabalham em tempo parcial, com contratos temporários e sem direitos assegurados. Essa reconfiguração gerou impactos negativos sobre a classe-que-vive-do-trabalho, que se tornou mais heterogênea, fragmentada e complexa, fato que passou a dificultar a organização política e sindical, uma vez que passou a ser mais difícil estabelecer alianças entre as frações da classe. “Esses processos apontam para obstáculos na constituição de uma *consciência de classe para si*, minando a solidariedade de classe e enfraquecendo a resistência à reestruturação produtiva” (BEHRING, 2002, p. 180).

As modificações no âmbito da produção também foram acompanhadas por alterações no consumo. Como os sistemas de produção flexíveis aceleram o ritmo de inovação do produto, por meio da inserção das tecnologias e de novas formas organizacionais, o ritmo de consumo também teve que ser acelerado, uma vez que o tempo de giro do capital na produção – chave de lucratividade – precisa da redução do tempo de giro no consumo. O tempo de duração de um produto foi consideravelmente diminuído e, aliado à obsolescência planejada, foi estimulada a criação de necessidades por meio de uma nova estética cultural, como é afirmado por Harvey:

A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais (HARVEY, 1996, p. 148).

A flexibilidade alcançada tanto na produção quanto no consumo, bem como na organização do trabalho foi possível, em grande medida, pela autonomia conseguida pelo sistema financeiro diante da produção real. De acordo com Harvey (1996), a transição do regime de acumulação fordista para o de acumulação flexível dependeu da disponibilidade de crédito e da capacidade de “formação de capital fictício”, que tem valor monetário nominal e existência como papel, mas num dado momento não tem lastro em termos de atividade produtiva real. Ao mesmo tempo em que essa foi uma saída encontrada para conter a superacumulação, representou a criação de uma situação inigualável de risco financeiro, que se concretizou na recente crise mundial.

As mudanças brevemente descritas no regime de acumulação do capitalismo ao longo do século XX apontaram para uma guinada política neoconservadora após a crise de 1974-75, sobretudo se for considerada a hegemonia do neoliberalismo, em diversos países, no final do século XX, e a progressiva desestruturação do Estado de Bem-Estar Social. Sob a justificativa da escassez de recursos financeiros, da necessidade de contenção do déficit público e de manutenção do “equilíbrio das contas públicas”, diversos governos neoliberais apontaram o corte nos gastos estatais como uma medida prioritária. Dessa forma, em especial as políticas sociais de caráter universal, passaram a ser privatizadas, focalizadas e descentralizadas. Conforme Behring e Boschetti (2008), a privatização realizou um corte entre as pessoas que podem e as que não podem pagar pelos serviços, ao mesmo tempo em que foram criados nichos lucrativos para o capital na oferta de serviços que deveriam ser públicos. Já a focalização associada à seletividade, assegurou acesso à seguridade social apenas aos que são extremamente e comprovadamente pobres. Dessa forma, “os direitos mantidos pela seguridade social se orientam, sobretudo, pela seletividade e privatização, em detrimento da universalização e estatização” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 161). Por fim, a descentralização consistiu na transferência da responsabilidade pela garantia dos direitos sociais a entes da federação ou mesmo à iniciativa privada ou instituições filantrópicas.

É importante evidenciar que a retirada de direitos sociais adotada pelos governos neoliberais, aliada à reestruturação produtiva, fragilizou a classe trabalhadora e possibilitou o êxito do novo ciclo de expansão do capital inaugurado após 1973. Do ponto de vista do capital, o Estado de Bem-Estar Social, fruto do pacto entre as classes sociais, passou a não cumprir mais o papel de assegurar suas condições de reprodução, o que exigiu uma reorientação da ação estatal com o intuito de garantir a lucratividade do capital, conforme afirma Behring (2007):

Hoje, cumprir com esse papel [de reprodução do capital] é facilitar o fluxo global de mercadorias e dinheiro, por meio da desregulamentação de direitos sociais, de garantias fiscais ao capital, da “vista grossa” para a fuga fiscal, da política de privatização (supercapitalização), dentre inúmeras possibilidades que pragmaticamente viabilizem a realização dos superlucros e da acumulação (BEHRING, 2007, p. 186).

Tendo em vista esse panorama de ofensiva à classe trabalhadora em sua organização política e seus direitos sociais, é fundamental compreender quais foram os mecanismos desenvolvidos nesse período histórico que contribuíram para reproduzir e reforçar o sistema capitalista, mantendo-o coeso apesar das graves contradições. Todas essas questões são extremamente complexas, mas este artigo pretende abordá-las a partir das mudanças culturais no capitalismo contemporâneo. Nesse

sentido, é que a tese de Fredric Jameson sobre o pós-modernismo como a lógica cultural do capitalismo contemporâneo torna-se de vital importância.

De acordo com Jameson (2007), os pré-requisitos para a nova onda de expansão do terceiro estágio do capitalismo estavam colocados desde o final da Segunda Guerra mundial, quando houve a reorganização das relações internacionais e a aceleração da descolonização de países, conforme abordado anteriormente. Entretanto, no âmbito cultural, as pré-condições para a emergência dessa nova fase ocorreu com as grandes transformações sociais e psíquicas nos anos 1960, quando houve um forte questionamento dos rumos adotados pela sociedade, tanto pelo sistema capitalista, que havia experimentado a barbárie pelos regimes nazifascistas; quanto pelo socialismo, que vivenciava o totalitarismo stalinista do regime soviético. A seguir, será aprofundado o debate acerca do projeto moderno e seus rumos, bem como sobre a emergência do pós-modernismo.

A pós-modernidade como expressão cultural ou os rumos do projeto moderno

A compreensão da emergência do pós-modernismo como expressão cultural contemporânea está intimamente ligada ao entendimento do que é o projeto moderno e suas realizações. A promessa da emancipação humana e da liberdade, bem como do progresso da civilização através do conhecimento racional científico e do domínio da natureza pela tecnologia alimentaram a possibilidade de uma realização plena da humanidade. De acordo com Rouanet (1993), a modernidade é compreendida como um projeto civilizatório em que os ideais do Iluminismo predominaram como referenciais para a sociedade, principalmente a universalidade, a individualização e a autonomia intelectual, política e econômica. A universalidade apontava para a ideia de que todos os seres humanos eram iguais, independente de barreiras nacionais, étnicas ou culturais, uma vez que tinham em comum a razão, a qual substituiu os princípios religiosos que estruturaram a sociedade no período medieval. A individualização, por sua vez, liberou o ser humano da matriz coletiva, tendo em vista que ele só existia socialmente até então como parte de um grupo. Além de deveres e obrigações, os indivíduos passaram a possuir também direitos. Na visão de Rouanet (1993),

O individualismo da Ilustração teve o mérito de colocar no centro da ética o direito à felicidade e à auto-realização e o de valorizar o indivíduo descentrado, o homem que se liberta dos vínculos “naturais” e pode situar-se na posição de formular juízos éticos e

políticos a partir de princípios universais de justiça, independente de quaisquer lealdades locais (ROUANET, 1993, p. 16).

O princípio da autonomia intelectual esteve no cerne do projeto civilizatório do Iluminismo, pois até então a inteligência humana havia sido tutelada pelas autoridades religiosas. A ciência e a educação passaram a ser essenciais para a realização do livre pensamento, tendo em vista que substituíram o dogma pelo conhecimento. A autonomia política consistia na liberdade de ação do ser humano no espaço público, sobretudo em relação ao despotismo do Estado. Algumas correntes iluministas mais democráticas chegaram a defender a participação do cidadão no exercício do poder político. A autonomia econômica consistia no ideal de que deveria ser garantida segurança material a todos os seres humanos.

É importante destacar também que o fundamento da modernidade está na consolidação de uma mudança tecnológica, sobretudo a partir da Revolução Industrial, que afetou as raízes da civilização material do ser humano e instalou uma hierarquia superior entre este e a natureza. Essa perspectiva aponta para a superação histórica da escassez pela abundância, a partir do desenvolvimento técnico, o que possibilitaria o progresso humano:

La escala de la operatividad instrumental tanto del medio de producción como de la fuerza de trabajo ha dado un “salto cualitativo”; ha experimentado una ampliación que la ha hecho pasar a un orden de medida superior y, de esta manera, a un horizonte de posibilidades de dar y recibir formas desconocido durante milênios de historia¹ (ECHEVERRÍA, 1995, p. 141).

No entanto, os desdobramentos históricos do projeto civilizatório moderno apontaram para uma disputa pelos seus rumos. De um lado, o capital orientou o projeto moderno para a subordinação das forças produtivas ao processo de acumulação e em detrimento do desenvolvimento humano; por outro lado, a classe trabalhadora, organizada em sindicatos, movimentos populares e partidos políticos, vislumbrou a possibilidade de uma transformação social radical a partir da consolidação do projeto moderno, o qual deveria ser reorientado pelo socialismo. A hegemonia do projeto moderno, entretanto, foi sustentada e orientada pelo capitalismo, como constatou Echeverría (1995):

De todas las modernidades efectivas que ha conocido la historia, la más funcional, la que parece haber desplegado de manera más amplia sus potencialidades, ha sido hasta ahora la modernidad del *capitalismo* industrial maquinizado de corte noreuropeo: aquella que,

¹ A escala de operatividade instrumental tanto dos meios de produção quanto da força de trabalho tem dado um "salto qualitativo"; tem experimentado uma ampliação que tem a feito passar por uma ordem de medida superior e, desta maneira, a um horizonte de possibilidades de dar e receber formas desconhecidas durante milênios de história (tradução nossa).

desde el siglo XVI hasta nuestros días, se conforma en torno al hecho radical de la subordinación del proceso de producción/consumo al "capitalismo" como forma peculiar de acumulación de la riqueza mercantil² (ECHEVERRÍA, 1995, p. 143).

Sob a orientação do capitalismo, o projeto moderno não cumpriu com os ideais Iluministas de universalização, individualização e autonomia. Rouanet (1993) exemplifica que a necessidade de expansão do capital por meio de ações imperialistas sobre outras nações e povos feriu completamente o ideal da igualdade proposta pelo universalismo. Além disso, a proposta da individualização foi desviada de seu objetivo de emancipação humana, tendo em vista que se transformou num egocentrismo, estimulado pelo consumo e pela indústria cultural. A autonomia intelectual, por sua vez, sobretudo em relação à ciência, passou a ser vinculada ao desenvolvimento de tecnologias que possibilitaram o aumento da produtividade do trabalho e a dispensa dos trabalhadores, bem como à preocupação com o aperfeiçoamento das armas e ações bélicas que deram sustentação a experiências militares em diversas regiões do mundo; a autonomia política restringiu-se à liberdade para os que tinham condições econômicas para disputar estruturas institucionais de poder; e a autonomia econômica não se realizou devido às relações desiguais entre as classes sociais. As experiências mais extremas que demonstraram as ambiguidades do projeto moderno sob o capitalismo foram os regimes nazista e fascista, que tiveram como marca o totalitarismo político e o extermínio humano em campos de concentração, em nome da razão e do progresso científico, pilares do projeto moderno. Na visão de Berman (1992), a máxima “Tudo que é sólido se desmancha no ar” representa com exatidão a relação da burguesia com o projeto moderno, tal como demonstra abaixo:

[...] tudo o que a sociedade burguesa constrói é construído para ser posto abaixo. [...] tudo é feito para ser desfeito amanhã, despedaçado ou esfarrapado, pulverizado ou dissolvido, a fim de que possa ser reciclado ou substituído na semana seguinte e todo o processo possa seguir adiante, sempre adiante, talvez para sempre, sob formas cada vez mais lucrativas (BERMAN, 1993, p. 97).

Tendo em vista a análise de Berman (1993), que é baseada na visão de Karl Marx contida no Manifesto do Partido Comunista, o autor apresenta a perspectiva de realização do projeto moderno a partir da superação da sociedade de classes, cujos antagonismos não permitem a plena emancipação humana. O sujeito histórico que teria condições de avançar na superação da ordem

² De todas as modernidades efetivas que a história conheceu, a mais funcional, a que parece ter desdobrado de maneira mais ampla suas potencialidades, tem sido a modernidade do capitalismo industrial mecanizado de tipo não europeu: aquela que, desde o século XVI até os dias de hoje, se conforma em torno do fato radical da subordinação do processo de produção/consumo ao "capitalismo" como forma peculiar de acumulação de riqueza mercantil (tradução nossa).

burguesa seria o proletariado, uma vez que o fim de sua exploração e miséria está diretamente ligado à abolição da propriedade privada dos meios de produção, que assegura a apropriação da riqueza gerada pelo seu trabalho pela burguesia. “Os proletários nada têm de seu a salvaguardar; sua missão é destruir todas as garantias e seguranças da propriedade privada até aqui existentes” (ENGELS; MARX, 2007, p. 50). De posse das forças produtivas na sociedade, sob a organização do Estado no socialismo, o proletariado poderia transformar o “reino das necessidades”, vigente na ordem burguesa, no “reino da liberdade”, que seria o comunismo. Após esse período de transição, as condições objetivas estariam suficientemente desenvolvidas para que se chegasse à abolição da propriedade privada, das classes sociais e do Estado, pois além da organização e luta internacional do proletariado para derrubar a ordem burguesa, também seria necessário o suficiente desenvolvimento das forças produtivas para se chegar ao “reino da liberdade”, possibilitado pelo desenvolvimento do progresso técnico do período moderno.

Com o intuito de superar a ordem capitalista, a classe trabalhadora realizou inúmeras lutas e enfrentamentos em várias partes do mundo, e construiu experiências de poder popular e operário, desde a Comuna de Paris, na França, em 1871, passando pelas revoluções latino-americanas, como a Cubana (1959) e Nicaraguense (1979), pela Revolução Chinesa (1949) e pelas lutas de libertação nacional na África e Ásia ao longo do século XX. A Revolução Russa (1917) pode ser considerada um dos principais marcos da luta socialista, uma vez que efetivou a tomada de poder do Estado pela classe trabalhadora e, a partir daí, configurou um bloco de poder alternativo ao capitalismo que reunia e sustentava os países que lutavam pela sociedade socialista.

As ambivalências do projeto moderno, entretanto, também foram evidenciadas pelas experiências socialistas, dirigidas pelo bloco soviético. Na visão de Rouanet (1993), a universalização sob a perspectiva de Marx pretendia que o proletariado, como classe universal, abolisse a sociedade de classes para emancipar o gênero humano como sujeito da história. Porém, em nome do “internacionalismo proletário”, justificou-se o imperialismo soviético, ou seja, a invasão de países pela União Soviética. Em relação à individualização, a proposta socialista original era de que a plena emancipação do indivíduo só existiria quando a sociedade de classes fosse abolida, uma vez que, na sociedade capitalista, as relações sociais levam ao declínio do indivíduo e à atrofia de suas potencialidades. Nas experiências do socialismo real, entretanto, essa ideia transformou-se em antiindividualismo, pelo qual as pessoas eram subordinadas, primeiramente, à doutrina oficial; e em hiperindividualismo, pelo oportunismo e carreirismo desenvolvidos pela cúpula dirigente dos partidos comunistas. Em relação à autonomia intelectual, o regime soviético não a elimina, mas a

transfere para a jurisdição de comissários que a administram, o que significa que “o ideal da razão livre é gerido por um estrato técnico cuja função é tutelar a razão para que ela alcance a verdadeira liberdade” (ROUANET, 1993, p. 30). A autonomia política, por sua vez, que deveria ser pautada na substituição da liberdade burguesa formal pela liberdade proletária, rica de substância, foi baseada na tirania, com desrespeito aos direitos humanos e com a democracia restrita à escolha de representantes oficiais previamente indicados. A autonomia econômica, ainda que tenha substituído a liberdade de mercado pela segurança da população garantida pelo Estado, esbarrou no insuficiente desenvolvimento das forças produtivas, pressuposto fundamental mencionado por Marx para a transição do modo de produção capitalista para o comunismo.

Regimes totalitários, como o nazismo e o fascismo, no capitalismo, e o regime stalinista, nas experiências de socialismo real, representaram o grau máximo de barbaridade a que a humanidade poderia chegar em nome da busca pelo progresso técnico e pela razão instrumental na ciência. O ideal da emancipação e da liberdade humana foi transformado num sistema de opressão universal, o que abalou profundamente os pilares do projeto moderno, gerando uma profunda reflexão sobre seus rumos, suas atuais possibilidades de realização e, até mesmo, sobre seu esgotamento como projeto civilizatório. A respeito desses acontecimentos históricos, Bauman (1999) compreende-os como uma maneira limite de extirpar a ambivalência inerente ao projeto moderno de manutenção de uma ordem social, homogeneizando de forma radical e bárbara a vida humana:

Os casos mais extremos e bem documentados de “engenharia social” global na história moderna (aqueles presididos por Hitler e Stálin), não obstante as atrocidades resultantes não foram nem explosões de barbarismo ainda não plenamente extinto pela nova ordem racional da civilização, nem o preço pago por utopias alheias ao espírito da modernidade. Ao contrário, foram produto legítimo do espírito moderno, daquela ânsia de auxiliar e apressar o progresso da humanidade rumo à perfeição que foi por toda a parte a mais eminente marca da era moderna [...]. a determinação e a liberdade de ir “até o fim” e atingir os extremos era de Hitler, mas a lógica foi construída, legitimada e fornecida pelo espírito moderno (BAUMAN, 1999, p. 38-39).

De acordo com o autor, a substituição de uma razão moral por uma razão instrumental, baseada nos princípios e propósitos da ciência, forneceu os subsídios para o genocídio, bastando que, ao redor, tivessem forças dispostas a fazê-lo. O projeto de assimilação cultural da diferença promovido pelos Estados nacionais chegou a um limite com essas experiências e levou a uma mudança nas práticas culturais, sobretudo a partir da década de 1960. É nesse contexto de crise de rumos do projeto moderno, aliado à crítica do rígido estilo de vida do regime de acumulação fordista, que emerge o que se denominou de pós-modernismo, conceito a respeito do qual não se

tem um consenso, mas que se caracteriza, de uma maneira geral, por profundas mudanças culturais no modo de vida.

A pós-modernidade, na perspectiva de Bauman (1999), é a visão crítica da modernidade observada na sua totalidade, posteriormente a esses diversos acontecimentos, quando é possível avaliar os ganhos e as perdas desse período, descobrir as intenções do projeto moderno que jamais foram explicitadas e as ações que foram incongruentes. Não se trata do fim ou de uma rejeição à modernidade, mas da própria “modernidade chegando a um acordo com a sua própria impossibilidade, uma modernidade que se autonitora, que conscientemente descarta o que outrora fazia inconscientemente” (BAUMAN, 1999, p. 288), ou seja, é o reconhecimento da existência da ambivalência na modernidade, uma vez que a tentativa de extirpá-la do projeto moderno esgotou-se. Os novos valores que permeiam a mentalidade pós-moderna são a liberdade, a diversidade e a tolerância. Entretanto, sua prática pouco se diferencia do projeto moderno, na medida em que a liberdade refere-se à liberdade de consumo no mercado, que deixa muitos de fora; a diversidade apenas prospera quando o mesmo ocorre com o mercado, que define estilos e identidades; e a tolerância significa abandono do questionamento da hegemonia dominante, chegando mesmo à indiferença. Dessa maneira, não se trata da inauguração de um novo período histórico, com novas bases fundantes, mas do reconhecimento e da incorporação da ambivalência do projeto moderno, que será o suporte da chamada pós-modernidade.

Uma perspectiva semelhante é apresentada por Eagleton (1998) ao afirmar que o pós-modernismo nasce da impossibilidade da modernidade, da sua implosão ou autodestruição. Entretanto, essa impossibilidade foi inerente ao projeto moderno o tempo inteiro e não fruto de um colapso que permitiu a emergência do pós-modernismo. “Nada disso determina a falência das grandes narrativas como tal, apenas a tragédia de uma história cujos ideais estavam condenados a soar falsos para seus herdeiros devido à incapacidade estrutural para dar-lhes corpo” (EAGLETON, 1998, p. 67).

Para Josiane Soares Santos (2007), a pós-modernidade trata da negação da modernidade pelo capitalismo, uma vez que há uma incompatibilidade histórica cada vez maior entre os valores centrais do projeto moderno e o desenvolvimento capitalista. A crise da modernidade, em sua opinião, diz respeito a uma crise na configuração capitalista do projeto moderno:

[...] o projeto da modernidade foi útil à burguesia enquanto seus interesses ainda eram expressões universais. A partir do momento em que se transmutaram, evidenciando claramente seu projeto particular de classe dominante, a modernidade e seu desenvolvimento em direção à emancipação humana e à razão dialética passam a

representar uma ameaça. O que a burguesia tenta apagar são as contradições inerentes ao ideário moderno, cujo potencial dialético está prenhe de possibilidades, de movimentos e negatividade (SANTOS, 2007, p. 34).

A incompatibilidade dos ideais do projeto moderno com o desenvolvimento do capitalismo também é apontada por Jean Chesneaux (1995) quando este afirma que a humanidade flutua entre aceitar os convites da modernidade de mais mobilidade, flexibilidade e bom aproveitamento da vida e os apelos para sofrer docilmente os pesos econômicos, a rigidez sistêmica e as múltiplas exigências da vida moderna. O autor lança o questionamento:

Para além das diferenças de regime social, de cultura política, de organização econômica, a modernidade não é *um projeto impossível*? Não é um projeto dividido entre dois discursos, duas morais, que objetivam ambos a inelutabilidade e a infalibilidade, contudo mutuamente incompatíveis? (CHESNEAUX, 1995, p. 181).

A disputa pelos rumos do projeto moderno, entretanto, ainda permanece, mas sua realização precisa ocorrer sob uma perspectiva diferenciada da ótica capitalista e das experiências do socialismo real. Na visão de Echeverría (1995), ainda que a utopia por transformações sociais tenha ficado enclausurada depois das experiências do socialismo real, a modernidade deve ser compreendida como *“un conjunto de posibilidades exploradas y actualizadas solo desde una perspectiva y en un solo sentido, y dispuesto a lo que aborden desde outro lado y lo iluminen con una luz diferente”*³ (ECHEVERRÍA, 1995, p. 137).

Na perspectiva de César Benjamin (2009), o esgotamento do modelo de transição para o socialismo pensado na década de 1920 não significa de forma alguma o esgotamento da possibilidade do socialismo no final do século XX. De acordo com o autor, o socialismo nunca foi tão necessário, tendo em vista os sinais de barbárie em tantas partes do mundo. Entretanto, é preciso reformular as bases econômicas e democráticas da transição para o socialismo, pois a experiência soviética baseou-se numa continuidade da matriz produtiva capitalista, porém mais eficiente; e numa centralização política autoritária. “Imaginar qual é a nova qualidade de um novo modo de produção, rompendo com a ideia de que esse modo de produção é um capitalismo mais eficiente e sem crises, e construir uma teoria da democracia socialista” (BENJAMIN, 2009, p. 23) são os principais desafios do século XXI.

Outros autores, entretanto, compreendem que, diante de todas essas mudanças políticas e econômicas, o projeto moderno esgotou-se e foi superado pelo que denominam de pós-

³ um conjunto de possibilidades exploradas e atualizadas apenas de uma perspectiva e em um só sentido, e dispostas para que sejam abordadas de outro lado e iluminadas com uma luz diferente (tradução nossa).

modernismo, ou seja, por um novo período histórico da humanidade, fundado sobre novos pilares. Na visão de Perry Anderson (1999), Lyotard foi um dos principais expoentes da perspectiva mencionada, pois compreendia a chegada da pós-modernidade vinculada ao surgimento de uma sociedade pós-industrial – teorizada por Daniel Bell e Alain Touraine – na qual o conhecimento havia se tornado a principal força econômica de produção e não mais o trabalho. É interessante destacar que esses autores pós-modernos, na visão de Harvey (1996), estão profundamente influenciados pelas possibilidades da informação e da produção de conhecimento proporcionadas pelas novas tecnologias, o que fez com que a obra de Lyotard, por exemplo, indicasse o esgotamento do modernismo devido às transformações nas condições técnicas e sociais de comunicação.

Para esses autores, a sociedade não poderia mais ser concebida como um campo de conflito dual entre classes sociais, mas como uma rede de comunicações linguísticas ou “jogos de linguagem”. A ciência, por exemplo, seria apenas um entre tantos estilos narrativos, heterogêneos. Autores como Foucault destacaram que o poder não se encontrava em última instância na estrutura do Estado, mas em pequenas esferas de poder locais que reproduziriam o domínio social por meio de discursos. Em sua opinião, apenas por meio de ataques multifacetados e pluralistas às práticas localizadas de repressão do sistema capitalista é que este poderia ser combatido sem que novas formas de repressão se perpetuassem.

Por meio desses elementos, é possível perceber que há um questionamento dos principais pilares da modernidade, entre eles o da classe trabalhadora como agente heróico de sua própria libertação através do conhecimento e da análise da totalidade de uma sociedade. Um traço definidor da condição pós-moderna é justamente a perda da credibilidade nas metanarrativas, que foram substituídas por teorias fragmentadas, multifacetadas e plurais de compreensão da realidade.

Na visão de Eagleton (1998), a linha de pensamento pós-moderna emergiu num momento de derrota da esquerda em âmbito mundial, sobretudo no que se refere à desilusão com os rumos das experiências do socialismo real, protagonizadas pela União Soviética. Num momento de falência temporária dos movimentos políticos de massa, tendo em vista também a reestruturação produtiva na segunda metade do século XX, surgiu uma perspectiva teórica que retirou a centralidade do sujeito histórico da transformação social ao mesmo tempo em que anunciou o fim da análise da totalidade. O autor analisa criticamente a inter-relação entre esses dois aspectos:

As totalidades precisam existir para alguém; e agora parece não haver pessoa alguma para quem a totalidade represente totalidade. Tradicionalmente, costumava-se pensar que ela se destinava a grupos que necessitavam com urgência conseguir algum entendimento geral de suas condições opressoras de vida para poderem começar a fazer algo para mudá-las.

[...] O conceito de totalidade implica um sujeito para quem ela faria alguma diferença prática; mas esse tal sujeito foi rechaçado, incorporado, dispersado ou metamorfoseado em algo sem existência, por isso o conceito de totalidade tem grandes chances de cair junto com ele (EAGLETON, 1998, p. 18-19).

Para o autor, do ponto de vista da estratégia política, a afirmação da anti-totalidade significa o reconhecimento da impotência política da esquerda perante o capitalismo, pois na medida em que não é possível combatê-lo de modo total, busca-se elencar pontos marginais do sistema que podem ser transgredidos ou subvertidos momentaneamente. Ele afirma que esse seria um meio “conivente de racionalizar a nossa impotência” (EAGLETON, 1998, p. 12).

Na visão de Anderson (1999), ainda que as teorias do pós-modernismo tenham surgido de maneira dispersa, elas possuem uma unidade ideológica no que se refere ao predomínio da democracia liberal como o horizonte insuperável da época, o que contribuiu, a partir dos anos de 1970, para o fortalecimento da perspectiva de forças conservadoras da sociedade. Para o autor, o pós-modernismo foi uma sentença contra as ilusões alternativas.

Existem, todavia, alguns autores que se apropriaram do termo pós-modernismo⁴ com o intuito de refletir sobre as mudanças na lógica cultural no novo estágio do capitalismo, entendido conforme os clássicos termos marxistas. Sob esse viés, Fredric Jameson desenvolveu seu pensamento teórico lançando um olhar crítico sobre as ideias de Lyotard, mas buscou ir além da constatação de que essa perspectiva do pós-modernismo era cúmplice da lógica do mercado. Partindo da análise das mudanças no capitalismo, Jameson desenvolveu a tese de que o pós-modernismo é a lógica cultural da nova fase do sistema capitalista, o que o levou a realizar uma sistematização das mudanças culturais a partir de 1960 com o objetivo de subsidiar possíveis ações políticas de transformação social. Apenas por meio de uma compreensão totalizante do novo contexto cultural e econômico seria possível imprimir mudanças à sociedade.

Para Jameson (2007), a tarefa ideológica fundamental do conceito de pós-modernismo é de coordenar as novas formas de prática e de hábitos sociais e mentais com as novas formas de organização e de produção econômica que vêm com a modificação do capitalismo nas últimas

⁴ A fim de manter o teor do artigo fidedigno ao pensamento de Fredric Jameson na referida obra, utiliza-se o termo pós-modernismo para caracterizar a nova ordem social emergente na segunda metade do século XX. Entretanto, esse autor explica na Conferência Fronteiras do Pensamento, realizada em 2011, que seria melhor ter utilizado o termo pós-modernidade ao invés de pós-modernismo para fazer essa caracterização. Segundo ele, se tivesse optado pelo uso do termo pós-modernidade teria deixado mais clara a distinção entre o pós-modernismo como um estilo artístico e cultural, que nasceu essencialmente da arquitetura e tornou-se visível em outras artes, inclusive na literatura; e pós-modernidade, entendida como estrutura, um momento do capitalismo, mais especificamente o terceiro momento do capitalismo ou o capitalismo globalizado.

décadas. Caso o pós-modernismo não seja compreendido como uma lógica cultural, “teremos que voltar à visão da história do presente como pura heterogeneidade, como diferença aleatória, como a coexistência de inúmeras forças distintas cuja efetividade é impossível aferir” (JAMESON, 2007, p. 32), o que inviabiliza a produção de uma análise da totalidade da atual fase do capitalismo.

O pós-modernismo para Jameson (2007) deveria ser compreendido como uma dominante cultural e histórica não como um estilo entre muitos outros disponíveis. Segundo o autor, há uma diferença radical entre essas visões, pois essas duas abordagens acabam gerando duas maneiras muito diferentes de conceituar o fenômeno como um todo: “por um lado, julgamento moral (não importa se positivo ou negativo) e, por outro, tentativa genuinamente dialética de se pensar nosso tempo presente na história” (JAMESON, 2007, p. 72). Dessa forma, o que Fredric Jameson denomina de pós-modernismo é inseparável da hipótese de uma mutação fundamental na esfera da cultura no capitalismo contemporâneo, que inclui uma modificação significativa de sua função social na atualidade. A escolha teórica de Jameson se diferenciou tanto das concepções que repudiavam e negavam a existência do pós-modernismo, quanto das que exaltavam a emergência de uma ordem social totalmente nova:

Em vez de cair na tentação de denunciar a complacência do pós-modernismo como uma espécie de sintoma final da decadência, ou de saudar as novas formas como precursoras de uma nova utopia tecnológica e tecnocrática, parece mais apropriado avaliar a nova produção cultural a partir da hipótese de uma modificação geral da própria cultura, no bojo de uma reestruturação do capitalismo tardio como sistema (JAMESON, 2007, p. 87).

A ressignificação do termo pós-modernismo, na avaliação de Perry Anderson (1999), é compreendida como uma vitória discursiva da esquerda num período de hegemonia neoliberal, uma vez que abriu caminho para a produção de um debate em torno das principais mudanças do capitalismo mundial após 1973 sob uma ótica marxista. Alguns autores deram prosseguimento ao debate proposto por Jameson, seja para complementá-lo ou corrigi-lo, entre eles, Alex Callinicos, que fez uma análise mais detalhada do panorama político da época; David Harvey, que produziu uma teoria bem mais completa de suas pressuposições econômicas; e Terry Eagleton, que abordou o impacto da difusão ideológica do pós-modernismo.

É preciso pontuar que mesmo que Jameson não compreenda o pós-modernismo como um estilo, mas como a lógica cultural dominante da nova fase do capitalismo, ele constata que ocorreram mudanças muito profundas em relação ao período moderno. A introdução de tecnologias mediatizadas alterou substancialmente a relação com o imaginário popular e inseriu a cultura na dinâmica de comercialização industrial. Além disso, a hegemonia universal do capital

configurou um mundo sem alternativas políticas reais, modificando um dos horizontes essenciais do modernismo, que era a possibilidade de outras ordens sociais.

Tal perspectiva é acolhida por Harvey (1996) na medida em que ele afirma que a ascensão do pós-modernismo como expressão cultural de fato aconteceu, mas não ocorreu num vazio social, econômico ou político. “Por certo houve uma imensa mudança na aparência superficial do capitalismo a partir de 1973, embora a lógica inerente da acumulação capitalista e de suas tendências de crise permaneça a mesma” (HARVEY, 1996, p. 177). A problematização para a qual esse autor chama atenção é o fato de que essa discussão sobre o pós-modernismo ocorre, em geral, no abstrato, mas influencia de maneira efetiva a vida diária da população, por meio de inúmeros produtos culturais, desde a arquitetura que projeta os espaços, passando pelos produtos midiáticos e publicitários, até campanhas políticas.

Em que pese a perspectiva inovadora do conceito de pós-modernismo realizada por Jameson na época de publicação de sua obra, é importante destacar a permanente e contínua complexidade desse debate. No campo da historiografia, por exemplo, Perez Zagorin (2001) travou uma discussão teórica com F. R. Ankersmit acerca de sua concepção de pós-modernismo na produção dos textos históricos. Na visão do primeiro, a teoria do pós-modernismo compreende que não há mais um tema ou metanarrativa para a historiografia ocidental. Assim, pela visão pós-modernista,

[...] o historiador deve renunciar à tarefa da explicação e ao princípio da causalidade, além da ideia de verdade, os quais são considerados como parte de um “essencialismo” superado. Em vez disto, deveria reconhecer a historiografia como atividade estética na qual o estilo é o mais importante (ZAGORIN, 2001, p.140).

Na visão desse autor, a tentativa de absorver a historiografia para dentro do campo estético e literário ignora as características centrais da própria concepção de história, sendo uma delas a diferença entre fato e ficção. Dessa maneira, a história não cumpriria sua obrigação intelectual na cultura e na educação, que consiste em dar a cada geração uma visão mais ampla sobre o passado de sua sociedade e civilização.

Considerações finais

Este artigo demonstrou que, no âmbito cultural, o pensamento neoliberal se expressou no pós-modernismo, que é a lógica cultural dessa nova fase do capitalismo, caracterizada pela

fragmentação do sujeito e pela instabilidade, exatamente os elementos característicos da reestruturação produtiva.

A emergência do pós-modernismo, entretanto, não ocorreu em um vazio de transformações culturais. Diante das barbáries realizadas pelos regimes nazifascistas na primeira metade do século XX, há uma descrença no projeto moderno de emancipação humana baseado na racionalidade, universalidade e igualdade. Além disso, as mudanças no mundo do trabalho, marcadas pela fragmentação real dos trabalhadores no âmbito da produção, e a introdução de novas tecnologias no processo, fizeram com que emergissem teorias de compreensão da realidade que apontavam não mais o trabalho como fonte de produção de riqueza no capitalismo, mas a tecnologia; e que anunciavam a morte da classe trabalhadora como sujeito da revolução socialista. Não havendo mais um sujeito que revolucionasse o modo de produção, também não se justificava a necessidade de uma análise da totalidade dessa mesma sociedade. Esses elementos caracterizam a chamada teoria pós-moderna, que representa uma ruptura com o projeto moderno e na qual se afirma que a humanidade inaugurou uma nova era após 1970, chamada por muitos de pós-industrial ou pós-capitalista.

Resgatando a perspectiva de Eagleton (1998), essas teorias emergiram em um momento de derrota política da esquerda em âmbito mundial, fortalecida pela desilusão com as experiências socialistas nos países do antigo Bloco Soviético, e de retrocesso temporário dos movimentos políticos de massa. Diante da incapacidade de combater o capitalismo como um sistema total da vida social, elegeram-se pontos marginais para serem momentaneamente transgredidos. Essa leitura de mundo expressou, no âmbito da cultura, a nova fase do capitalismo, sobre a qual Fredric Jameson irá se debruçar, analisando a perspectiva do fragmentário e da antitotalidade como a lógica cultural necessária para esse novo momento do capitalismo. Ele irá reiterar que não se trata de algo essencialmente novo, mas apenas de uma mudança aparente na roupagem do capitalismo.

É importante evidenciar o argumento sobre a periodização cultural de Fredric Jameson, que afirma que para cada fase do modo de produção capitalista há uma lógica cultural correspondente. Dessa forma, durante o período do capitalismo de mercado ou concorrencial, o Realismo constituiu-se como a lógica cultural do sistema; no capitalismo monopolista, foi o Modernismo; e na atual fase do modo de produção, marcado pelo capitalismo financeiro, é o Pós-modernismo a lógica cultural. Essa constatação do autor é extremamente importante no sentido de afirmar que, desde o início do modo de produção capitalista, a produção de cultura e de modos de viver está intimamente ligada às características das fases econômicas do sistema.

No entanto, tendo em vista a perspectiva do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2006), “entender uma época é distinto de reagir a ela, embora estes aspectos nunca possam estar completamente desligados” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p. 197). Dessa forma, uma determinada época dificilmente pode ser entendida a partir de uma única perspectiva, como reafirma o autor: “Como qualquer momento da história, a pós-modernidade é composta de múltiplos processos, nem sempre confluentes, processos ambíguos, prenes de múltiplos devires, que não podem ser avaliados de um só ângulo” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p. 197).

Partindo da afirmação anterior, é interessante analisar, por exemplo, que ainda que Jameson caracterize o pós-modernismo como um período histórico no qual há uma intencional fragmentação do sujeito do discurso inserida na lógica cultural do capitalismo contemporâneo, há que se admitir a importância da emergência de “novos sujeitos” nas lutas sociais e revoltas antissistêmicas na segunda metade do século XX, como as lutas juvenis no Maio de 1968, na França; as manifestações de membros da comunidade LGBT na Rebelião de Stonewall, em 1969, em Nova York; e em 1984, a aliança entre homossexuais e os mineiros na greve por melhores condições de trabalho no governo de Margaret Thatcher, na Inglaterra. Trata-se de um processo ambivalente no seio da perspectiva pós-moderna apresentada por Fredric Jameson. O historiador Jurandir Malerba (2009) assim explicita esse fenômeno:

Essa pulverização dos sujeitos do discurso culminou na proposição da existência de uma história das mulheres, uma história dos negros, uma história dos homossexuais, uma história construída em torno de interesses ecológicos, de jovens e velhos, em relação a diversos grupos étnicos ou nacionais, e assim por diante (MALERBA, 2009, p. 25).

Portanto, este artigo reitera a relevância e inovação do pensamento de Fredric Jameson na compreensão da análise do pós-modernismo como sendo a lógica cultural do capitalismo contemporâneo, mas entende ser essa uma das perspectivas possíveis para a compreensão de uma temática repleta de complexidades e contradições.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O historiador Naif ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. RJ: 7Letras, 2006.

ANDERSON, Perry. *As origens da Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BEHRING, Elaine Rosseti. *A política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez: 2002.

_____; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

BENJAMIN, César. Democracia, economia e socialismo. In: FLEURY, Sonia; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa (Org). *Participação, democracia e saúde*. Rio de Janeiro: CEBES, 2009. p. 14-23.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CHESNEAUX, Jean. *Modernidade mundo*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.

DEL ROIO, Marcos. A crise do movimento operário. In: FREITAS, M. (Org.). *A reinvenção do futuro*. São Paulo: Cortez, 1996, p. 187-207.

EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ECHEVERRÍA, Bolívar. *Las ilusiones de la modernidad*. México: UNAM/El equilibrista, 1995.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2007.

_____. "Pós-modernismo ou pós-modernidade?". *Fronteiras do Pensamento*, 2011. Disponível em <https://www.fronteiras.com/videos/pos-modernismo-ou-pos-modernidade>. Acesso em 07.06.2019.

MALERBA, Jurandir. *A história da América Latina: ensaio de crítica historiográfica*. RJ: FGV, 2009.

ROUANET, Sergio Paulo. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Josiane Soares. *Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007.

ZAGORIN, Perez. *Historiografia e pós-modernismo: reconsiderações*. Topói, vol.2, jan-jun 2001, pp.137-152.

Recebido em: 11 de outubro de 2018

Aceito em: 08 de junho de 2019